



ATA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA

Equipe de Correição: Adalcídio Pereira Júnior, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Cleybson Ferraz Cascimiro, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi, Talita Simões Leão e Valdevina Félix da Costa Pereira.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	Lei nº 7.729, de 16/01/1989
Data de instalação	14/07/1989
Data da última correição	18 de agosto de 2020
Período correicionado	1º/08/2020 a 31/07/2021

Aos 26 dias do mês de agosto de 2021, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 4ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 19/2021 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor abriu a sessão telepresencial contando com a participação da Juíza Titular, Maria das Dores Alves, da Juíza Substituta, Mirella Darc de Melo Cahu Arcoverde de Souza, da Diretora de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas SUAP, e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

de **1º/08/2020 a a 31/07/2021** (12 meses) e nas informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Maria das Dores Alves	28/01/2021 - Ato TRT SGP nº 045/2021

1.1.2 Magistrada substituta fixa

Juíza Substituta Fixa	Fixação na Unidade
Mirella Darc de Melo Cahu Arcoverde de Souza	07/02/2011- Ato TRT SGP nº 041/2011

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 4ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **12** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Cynthia Dantas de Carvalho	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	1º/04/2013
Emanuel Neves de Lima	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	1º/03/2021
Girlene Moreira Duarte	Técnico Judiciário – Assistente III	13/01/2015
Givaldo de Sousa Costa Filho	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	24/09/2012
Lairton Curi de Melo	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	1º/07/2013
Liedo Antonio Miranda Chaves	Técnico Judiciário – Calculista	26/10/2014
Maria Auxiliadora Queiroz de Oliveira	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	03/02/2021
Marlon Sandro de Oliveira Cruz	Técnico Judiciário – Assistente III	15/07/2020
Rodrigo Canônico	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	16/02/2021
Samella Azevedo de Araujo Porte	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	18/10/2015
Valdemar Jeronimo Xavier Filho	Analista Judiciário – Assistente III	23/09/2013
William Pessoa Cardoso de Albuquerque	Analista Judiciário – Calculista	1º/03/2013



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual, por meio da ferramenta PJe, com designação automática de responsável, segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

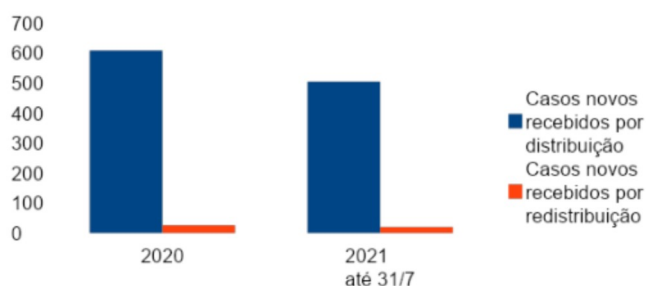
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 4ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 31/07/2021, um acervo processual de **2.891** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	1.049
Fase de Liquidação	64
Fase de execução	1.769
Cartas precatórias e de ordem	9
TOTAL	2.891

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2020	2021 até 31/07
Casos novos recebidos por distribuição	607	503
Casos novos recebidos por redistribuição	25	20
TOTAL	632	523



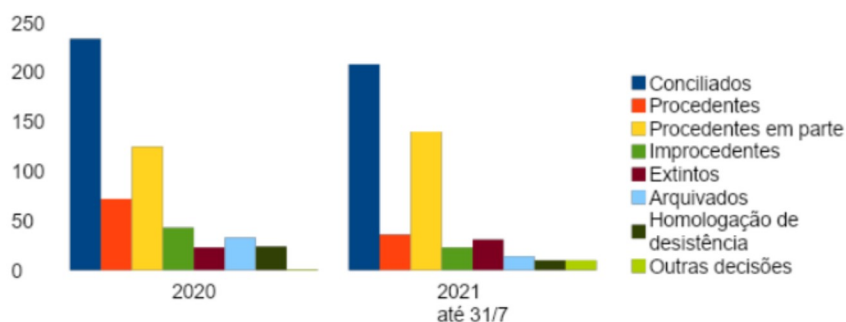


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

No período correicionado há registro de 1 processo recebido com sentença anulada pela instância superior: 0000818-88.2019.5.13.0004.

2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte:Hórus)

Item	2020	2021 até 31/07
Conciliados	234	208
Procedentes	72	36
Procedentes em parte	125	140
Improcedentes	43	23
Extintos	23	31
Arquivados	33	14
Homologação de desistência	24	10
Outras decisões	1	10
TOTAL	555	472



2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

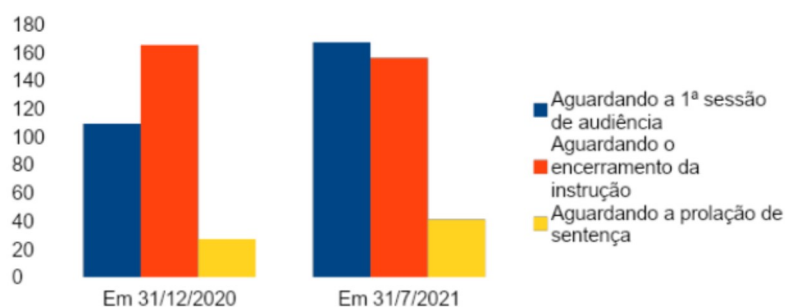
A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2020	Em 31/07/2021
Aguardando a 1ª sessão de audiência	109	167
Aguardando o encerramento da instrução	165	156



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Aguardando a prolação de sentença	27	41
TOTAL	301	364



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: e-Gestão e Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2020	2021 até 31/07	Variação (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	1.004	1.049	4,48%
Fase de liquidação	97	64	-34,02%
Fase de execução	1.856	1.769	-4,69%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DAS AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	77	118	65	97	15
Conciliação em conhecimento	1	3	2	5	2
Conciliação em Execução	36	24	21	25	9
Una	72	81	58	80	1
Instrução	63	49	104	53	5

Segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Unidade correicionada realiza audiências de segunda a quinta-feira e, duas vezes ao mês, são realizadas pautas extras de audiência iniciais.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa

MÊS	1ª VT	2ª VT	3ª VT	4ª VT	5ª VT	6ª VT	7ª VT	8ª VT	9ª VT	10ª VT	11ª VT	12ª VT	13ª VT	MÉDIA, excluída a unidade correio-nada
08/20	37	14	49	45	3	18	37	10	34	54	8	3	35	25,17
09/20	61	44	51	88	41	51	83	32	74	102	60	42	64	58,75
10/20	71	41	48	120	86	58	73	34	90	88	49	72	59	64,08
11/20	97	100	122	201	205	83	100	81	82	158	66	94	80	105,67
12/20	88	46	50	84	242	21	76	45	60	75	40	41	46	69,17
01/21	22	8	34	31	54	11	25	13	27	31	19	14	8	22,17
02/21	115	48	134	62	131	61	79	39	67	85	56	62	54	77,58
03/21	105	66	144	96	173	94	96	60	89	102	63	116	81	99,08
04/21	149	74	196	106	90	101	114	62	81	118	27	78	121	100,92
05/21	129	89	225	117	172	91	113	79	57	126	57	140	136	117,83
06/21	115	114	181	139	105	131	74	77	83	114	138	126	143	116,75
07/21	106	99	145	93	96	57	114	50	93	43	135	142	160	103,33
TOTAL	1095	743	1379	1182	1398	777	984	582	837	1096	718	930	987	960,5



4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fontes: Hórus)

Fase de conhecimento	2020	2021 até 31/07
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	96	82
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	111	193
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	131	182
Da conclusão à prolação da sentença	17	20
Do ajuizamento até a prolação da sentença	148	191

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2020	2021 até 31/07
Embargos de declaração	Recebidos	160	159
	Baixados	189	158
	Pendentes	14	17
Tutela Provisórias	Recebidos	100	91
	Apreciadas	55	89
	Pendentes	29	7
Liquidação /Execução	Recebidos	74	44
	Baixados	48	35
	Pendentes	41	36

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/08/2020 a 31/07/2021			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	212	201	25
Recurso adesivo	16	17	2
Agravo de petição	129	125	7
Total	357	343	34



7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO - TMDP 1c e TMDP 1e (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2020: 122** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **283** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **184** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia 31/07, é de **143** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **327** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **211** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **148** dias, para o exercício de 2020 e de **191** dias, relativo a este ano de **2021, até 31/07**.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de 2020, foi de **1.774** dias, e de **1.182** dias, referente ao exercício atual até o dia 31 de julho.

Pontua-se que a Unidade correicionada encontra-se em **12º** lugar da jurisdição em relação ao menor tempo médio de duração do processo na fase de execução, no ano base de 2020. Em 2021, até o mês de julho, encontra-se na 11ª colocação.

8. Fase de execução (Fonte: E-gestão e Hórus)

Item	2020	2021 até 31/07
Execuções pendentes no início do período	1.812	1.822
Execuções iniciadas	301	163
Desarquivados	474	583
Recebidos de outros Órgãos	39	2
Execução de título extrajudicial	1	-
Execuções encerradas	277	237
Remetidos a outros Órgãos	11	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Processos arquivados provisoriamente	363	259
Execuções pendentes ao final do período	1.822	1.714

9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2020	2021 até 31/07
Acordo	PJe	R\$ 3.959.852,21	R\$ 5.186.921,91
Espontâneo	PJe	R\$ 2.794.684,20	R\$ 2.881.993,13
Execução	PJe	R\$ 8.791.069,68	R\$ 5.268.162,10
TOTAL		R\$ 15.545.606,09	R\$ 13.337.077,14

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2020	2021 até 31/07
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 183.068,34	R\$ 163.110,08
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 1.655.448,15	R\$ 1.962.830,60
Imposto de renda	PJe	R\$ 176.633,16	R\$ 623.508,19
TOTAL		R\$ 2.015.149,65	R\$ 2.749.448,87

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORRECIONADO 1º/08/2020 a 31/07/2021		
Item	Sistema	Quantidade
SISBAJUD	PJe	390
INFOJUD	PJe	147
SIMBA	PJe	1
RENAJUD	PJe	221
BNDT	Pendentes (PJe)	851
	Incluídos (PJe)	172



11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2020 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	93,19%
Unidade Correicionada	85,26%

Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	100,66%
Unidade Correicionada	88,48%

Para efeito de controle da **Meta 1/2021**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **503** casos novos (por distribuição) e **453** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **88,48%**.

Meta 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos primeiro e segundo graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,06% da Meta 2
	99,56% dos processos distribuídos até 31/12/2018
Unidade Correicionada	106,24% da Meta 2
	98,80% dos processos distribuídos até 31/12/2019

Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	102,73% da Meta 2
	95,53% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	102,21% da Meta 2
	95,05% dos processos distribuídos até 31/12/2019



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 3/2020 – Manter o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2017/2018

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 39,40% em 2020	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,13% da Meta 3
	41,36% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	124,80% da Meta 3
	49,10% de índice de conciliação

Meta 3/2021 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38,50%	
Unidades de primeiro grau do TRT	102,62% da Meta 3
	39,51% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	129,28% da Meta 3
	49,78% de índice de conciliação

Meta 5/2020 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Unidades de primeiro grau do TRT	100,97%
Unidade Correicionada	104,27%

Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e cláusula de barreira na fase de execução: 65%

Unidades de primeiro grau do TRT	78,05%
Unidade Correicionada	70,98%

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2021-01	31	27	426	535	93,22	95,20	94,31	
2021-02	34	30	451	555	87,40	90,69	89,18	
2021-03	85	40	440	569	74,58	85,44	80,33	
2021-04	75	43	452	542	66,77	79,47	73,14	
2021-05	68	79	458	527	60,99	70,64	65,80	
2021-06	100	55	434	497	52,48	64,46	58,26	
2021-07	59	32	457	519	50,28	62,91	56,29	

Meta 6/2020 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau e até 31/12/2018 no 2º grau

IPJ – Índice de Processos Julgados



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidades de primeiro grau do TRT	105,27%
Unidade Correicionada	105,27%

Meta 7/2020 – Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior

IPJ – Índice de Processos Julgados

Unidades de primeiro grau do TRT	89,23%
Unidade Correicionada	80,71%

12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

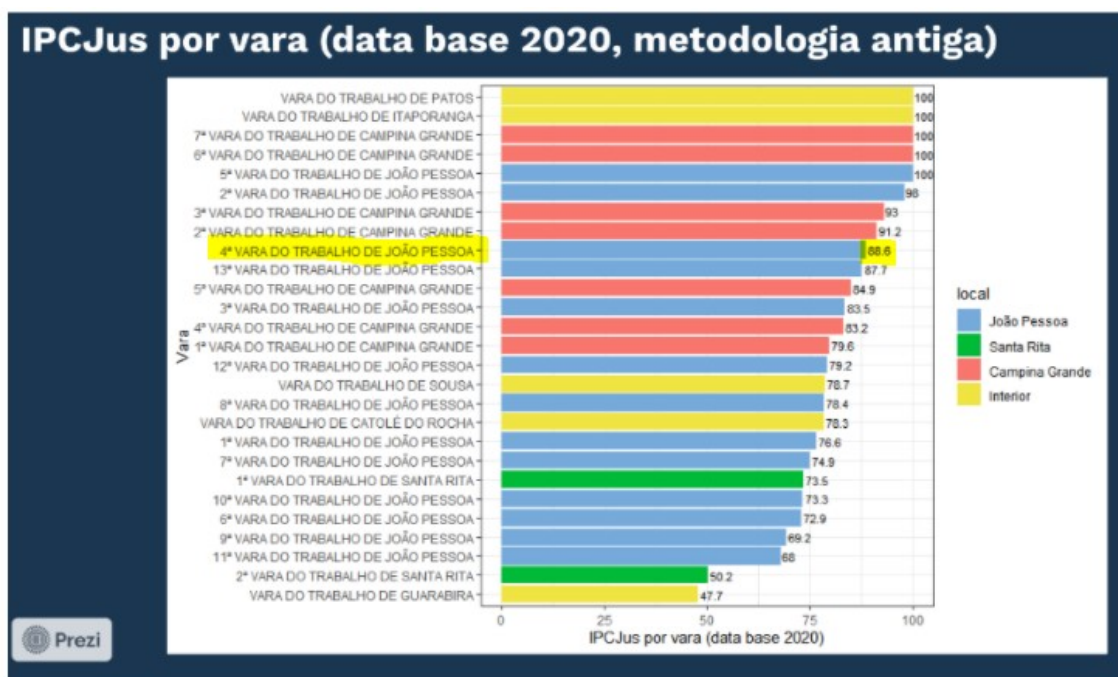
Embora os dados individualizados por vara do trabalho não tenham sido fornecidos pelo CNJ, por meio de estudo das formas de cálculos utilizadas, a AGE indica, no que se refere aos baixados entre 2019 e 2020, um decréscimo no percentual de 12%:

Comparação entre taxas de baixados 2019/2020			
VARA	Taxa de baixados 2019	Taxa de baixados 2020	Variação 2019 - 2020
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	49	68	39%
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	66,3	66,1	0%
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	43,7	58,6	34%
VARA DO TRABALHO DE CATOLÉ DO ROCHA	42,3	54,7	29%
VARA DO TRABALHO DE SOUSA	56,4	53,2	-6%
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	51,8	52,8	2%
1ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	51,4	52,7	3%
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	55,8	52,1	-7%
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	49	50,3	3%
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	63,7	48,5	-24%
VARA DO TRABALHO DE ITAPORANGA	35	47,6	36%
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	53,5	46,1	-14%
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	47,3	46	-3%
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	57	45,1	-21%
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	47,9	45,1	-6%
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	39,2	44,9	15%
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	42,6	44,4	4%
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	53,4	43,5	-19%
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	48,7	42,8	-12%
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	44,7	42,7	-4%
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	47,6	41,1	-14%
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	33,5	38,4	15%
VARA DO TRABALHO DE PATOS	43,1	35,1	-19%
2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	41	34,4	-16%
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	34,5	30,6	-11%
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	33,3	28,8	-14%
VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA	28,7	21	-27%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Foi, também, elaborada pela AGE uma estimativa do índice IPC-Jus por unidade judiciária, havendo a 4ª Vara do Trabalho de João Pessoa atingido o percentual aproximado de 88,6%.



Considerando-se as variáveis analisadas pelo CNJ, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, uma considerável redução nos quantitativos de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento entre 2019 e 2020, e aumento na fase de execução. Já o ano de 2021 vem demonstrando, proporcionalmente, um leve aumento da quantidade de baixados na fase de conhecimento e redução na fase de execução, destacando-se que ainda restam 5 meses para o término do ano.

Processos baixados	2019	2020	2021 até 31/07
--------------------	------	------	----------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Fase de conhecimento	1.066	640	452
Fase de execução	533	756	306

Comparativo por jurisdição - 2019 (baixados/conhecimento)

Vara do Trabalho

9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.076
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.066
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.062
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.002
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	994
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	965
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	936
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	911
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	903
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	878
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	813
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	408
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	359

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/conhecimento)

Vara do Trabalho

3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	721
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	675
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	664
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	640
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	635
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	604
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	600
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	576
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	563
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	537
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	525
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	524

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento - até julho/2021)

Vara do Trabalho

13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	584
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	570
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	562
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	489
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	482
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	480
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	465
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	460
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	454
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	452
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	450
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	410
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	372



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Comparativo por jurisdição - 2019 (baixados/execução)

Vara do Trabalho

8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	725
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	725
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	694
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	584
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	559
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	533
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	504
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	468
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	437
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	138
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	79
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	15

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/execução)

Vara do Trabalho

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.209
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.000
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	767
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	756
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	718
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	608
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	574
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	551
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	455
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	340
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	212
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	140
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	110

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução - até julho/2021)

Vara do Trabalho

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	571
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	542
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	512
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	505
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	366
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	357
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	325
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	306
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	247
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	242
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	171
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	166
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	159

Deverá a unidade judiciária intensificar a inclusão de processos em pautas de audiências telepresenciais, iniciais, de instrução e conciliatórias, bem assim a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos da unidade judiciária, medidas que decerto contribuirão para a elevação do índice IPC-Jus.

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 4ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se na **541ª colocação**, entre as 1570 varas do país.

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho do país com quantitativo de casos novos entre 751 e 1000 (267 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações, conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/07/2020 a 30/06/2021):

TRT/Vara	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	1º	8º	7º	2º	13º
14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2º	8º	2º	148º	1º	2º
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3º	2º	115º	5º	3º	8º
13ª Região - PB - 4ª Vara de João Pessoa	103º	79º	165º	116º	129º	103º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as mesmas Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	47,37	37,41	800,59



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2º	24,33	40,33	240,33
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3º	102,79	7,4	1.695,15
13ª Região - PB - 4ª Vara de João Pessoa	103º	168,18	99,66	1.365,57

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	936	101	8
14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2º	893	1.053	11
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3º	427	1.737	7
13ª Região - PB - 4ª Vara de João Pessoa	103º	700	450	12

Observando os mesoindicadores do eGestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de setembro e dezembro/2020, março e junho/2021, estando a 4ª Vara do Trabalho de João Pessoa nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 25/08/2021):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtivi- dade	Taxa de congestio- namento	Força de trabalho
setembro 2020	569º	441º	1.045º	733º	402º	583º
dezembro 2020	824º	1.216º	1.017º	676º	328º	499º
março 2021	404º	355º	768º	575º	349º	454º
junho	541º	309º	804º	572º	636º	772º



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2021						
------	--	--	--	--	--	--

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país:

Vara	Colocação no IGEST
13ª	103ª
10ª	180ª
12ª	199ª
5ª	254ª
3ª	355ª
9ª	500ª
11ª	523ª
4ª	541ª
7ª	547ª
1ª	588ª
6ª	635ª
8ª	671ª
2ª	855ª

Ainda para demonstrar os números obtidos pela 4ª Vara do Trabalho de João Pessoa, no que se refere aos prazos de janeiro a julho de 2021:

Ajuizamento até a prolação da sentença	
4ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
190,7 dias	197,8 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Início ao encerramento da liquidação	
4ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
157,7 dias	210,8 dias

Início à extinção da execução - ente privado	
4ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
1.143 dias	995,3 dias

Início à extinção da execução - ente público	
4ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
1.631 dias	806,9 dias

Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau	
4ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
979,1 dias	1.048 dias

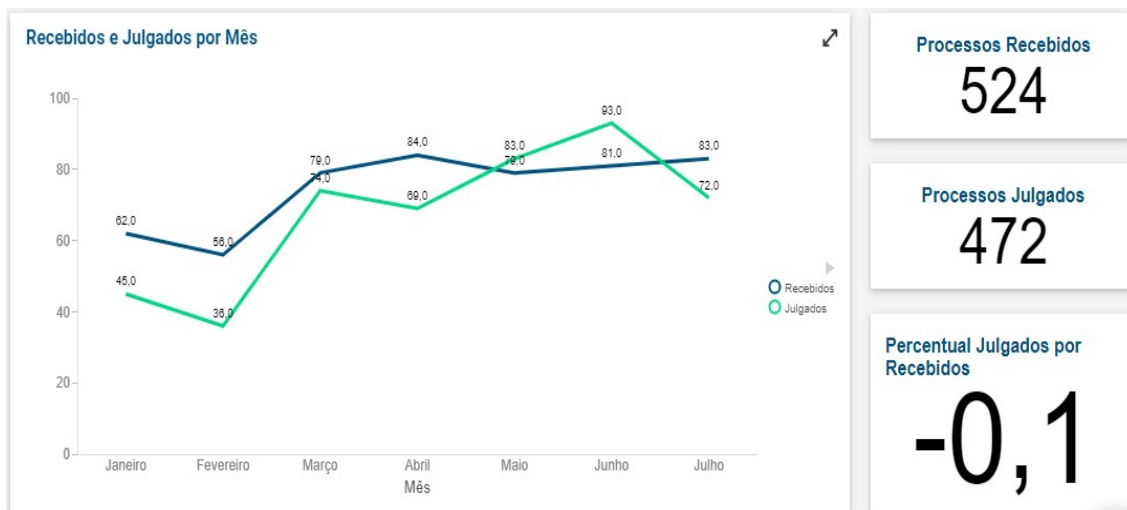
Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a julho de 2021, o Portal e-Gestão, em consulta realizada no dia 25/08/2021, apresenta os seguintes dados:

Percentual de processos julgados por recebidos	
4ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
-9,9%	-3,7%

Os números da unidade podem ser observados no gráfico:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO – Juíza Titular (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT nº 06963/2020	06/07/2021 a 11/07/2021	6
Férias	Ato TRT SCR nº 30/2021	30/07/2021 a 31/07/2021	2

AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO – Juíza Substituta (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT nº 06963/2020	10/07/2021 a 29/07/2021	20

13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.

13.2 Audiências realizadas (1º/08/2020 a 31/07/2021) (Fonte: Hórus)

Magistrados	Instrução	Una	Inicial	Encerramento Instrução	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
José Guilherme Marques Júnior	1	2	1	1	-	-	5



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Maria das Dores Alves	110	57	113	4	3	3	290
Flávio Londres da Nóbrega	-	1	-	-	-	-	1
José Airton Pereira	70	101	98	5	1	37	312
Mirella Darc de Melo Cahu Arcoverde de Souza	91	135	165	101	4	31	527

13.3 Incidentes julgados (1º/08/2020 a 31/07/2021) (Fonte: Hórus)

Magistrados	Antecipação de tutela	Embargos de declaração	Liquidação/ Execução	Total
José Airton Pereira	8	24	16	48
Mirella Darc de Melo Cahu Arcoverde de Souza	50	121	24	195
Maria das Dores Alves	48	58	21	127
José Guilherme Marques Júnior	-	4	-	4

14 PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – Solucionados (Fonte: e-Gestão)

Magistrado	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Jose Airton Pereira	63	27	26	11	-	20	2	8	157
Jose Guilherme Marques Junior	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Maria das Dores Alves	101	19	63	7	-	5	9	9	213
Mirella Darc de Melo Cahu Arcoverde de Souza	151	21	105	20	-	18	28	14	357

No período de 28 de janeiro a 31 de julho de 2021, a Juíza titular laborou 151 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,41 processo/dia. A Juíza substituta laborou, no período correccionado, 335 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,07 processo/dia.



14.1 Processos sentenciados por classe processual

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	365
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	212
Homologação da Transação Extrajudicial	78
Consignação em Pagamento	24
Embargos de Terceiro Cível	23
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	16
Ação de Cumprimento	6
Ação Civil Pública Cível	5
Produção Antecipada da Prova	5
Alvará Judicial - Lei 6858/80	3
Ação Civil Coletiva	2
Tutela Cautelar Antecedente	1
Tutela Antecipada Antecedente	1
Mandado de Segurança Cível	1

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrado	Sentenças Líquidas	%
José Airton Pereira	40	75,47%
Maria das Dores Alves	53	64,63%
Mirella Darc de Melo Cahu Arcoverde de Souza	90	71,43%
José Guilherme Marques Júnior	2	100%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
José Airton Pereira	157
José Guilherme Marques Júnior	2
Maria das Dores Alves	213
Mirella D'Arc de Melo Cahu Arcoverde de Souza	346



16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 16 dias

Magistrado	Dias
José Airton Pereira	8
José Guilherme Marques Júnior	67
Maria das Dores Alves	11
Mirella D'Arc de Melo Cahu Arcoverde de Souza	23

17.OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2020 e a presente correição, o primeiro ciclo do observatório foi relativo aos meses de janeiro e abril de 2021, tendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em 10/06/2021, apresentando-se a unidade bastante organizada.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria Unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição ->Observatório Dashboard.

18. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foram registrados, até 31/07/2021, os seguintes pagamentos:

Devolução ao reclamado - conta existente	R\$ 716.649,50
Pagamento ao advogado - conta nova	R\$ 9.863,29
Pagamento ao reclamante - conta existente	R\$ 1.880,39



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Transferência para processo de outro órgão	R\$ 23.457,58
Transferência para processo judicial da mesma Unidade	R\$ 24.958,23
Valor convertido em renda - União Federal - Alvará pela Corregedoria	R\$ 8.257,60
TOTAL	R\$ 785.066,59

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0131177-68.2015.5.13.0004, 0131133-49.2015.5.13.0004, 0001038-91.2016.5.13.0004, 0000407-45.2019.5.13.0004.

O Corregedor destaca a necessidade de que sejam tomadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados 50 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 067/2020, havendo a prolação de 18 despachos correicionais no PJe.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não foram registradas denúncias na Ouvidoria nos últimos seis meses.



20. RECOMENDAÇÕES

Aos Juízes

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT SCR nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo nos processos 0130056-05.2015.5.13.0004, 0001038-91.2016.5.13.0004, 0000407-45.2019.5.13.0004;
- e) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT).
- f) determinar a remessa dos autos ao arquivo provisório quando exauridas as tentativas de satisfação da dívida sem manifestação do exequente (art. 117 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- g) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);

h) revisitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;

i) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução;

j) nos casos de processos com quantia habilitada em processos pilotos de execução reunida, determinar o sobrestamento do feito por reunião da execução, acrescentando ao complemento o número do processo, evitando-se que permaneçam em situações diversas, em prejuízo ao tempo médio na fase de execução;

k) proceder à homologação dos cálculos logo após a inexistência de insurgências das partes, a fim de possibilitar o correto cômputo do tempo médio na fase de liquidação, evitando-se o ocorrido, por exemplo, no processo 0001353-85.2017.5.13.0004 (despacho de novembro de 2019 para liberação da quantia, após julgamento de impugnação aos cálculos, no entanto, liquidação iniciada em e cálculos homologados somente em 18/08/2020 e cálculos homologados em 25/05/2021);

l) reduzir o prazo concedido às partes exequentes para impulsionar o feito (concedidos 60 dias, por exemplo, nos processos 0130024-97.2015.5.13.0004, 0000829-20.2019.5.13.0004, 000859-55.2019.5.13.0004), a fim de evitar o elastecimento do tempo médio na fase de execução, destacando-se que, ainda que o processo seja sobrestado ou remetido ao arquivo provisório, pode ser impulsionado a qualquer tempo pela parte.

m) julgar os incidentes de desconconsideração da personalidade jurídica por meio de sentença, evitando-se que sejam inseridas nos processos como decisões



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

genéricas, a exemplo dos processos 0000964-66.2018.5.13.0004, 0000131-82.2017.5.13.0004, 0000901-07.2019.5.13.0004.

À Diretora de Secretaria

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) orientar a equipe a dispensar maior atenção quando do cumprimento das determinações de alteração/exclusão da parte executada no BNDT;
- d) orientar a equipe a utilizar o Gigs para controle de prazos dos processos na tarefa arquivo provisório, a fim de que sejam oportunamente impulsionados;
- e) orientar a equipe a atualizar os polos ativos e passivos, a fim de inativar partes quando necessário evitando equívocos, a exemplo do ocorrido no processo 000401-38.2019.5.13.0004 (partes exequentes são o perito e a União Federal - PGF).

Aos servidores

- a) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução, evitando o ocorrido nos processos 0000567-41.2017.5.13.0004, 0130056-05.2015.5.13.0004, 0000465-82.2018.5.13.0004, por exemplo;
- b) dispensar mais atenção quando do cumprimento das determinações judiciais relativas à inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT;
- c) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados;
- d) proceder ao acompanhamento dos processos remetidos ao arquivo provisório por meio da ferramenta Gigs;



e) ter mais atenção quando da inclusão de prazos nos expedientes, evitando-se que hajam equívocos, a exemplo dos processos 0000166-08.2018.5.13.0004 (ID. e25f2d5) e 0000252-47.2016.5.13.0004 (ID. 24a280f);

f) ter mais atenção quando da movimentação de processos para conclusão, devendo-se observar, quando se trate de julgamento, se a petição foi protocolada corretamente, efetuando eventual ajuste se necessário, bem como se evitando a conclusão para decisão genérica quando se trate de julgamento por sentença, a exemplo de IDPJ e embargos à execução.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Corregedoria Regional ressalta que a 4ª Vara do Trabalho de João Pessoa permanece funcionando regularmente, buscando a otimização de rotinas procedimentais, a fim de alcançar os objetivos de fundamental importância estratégica para o Regional, o que é claramente evidenciado pelo cumprimento parcial da Meta 2/2021 do CNJ (**102,21%**), atingida em 2020 (**106,24%**).

O Corregedor destaca, com satisfação, o excelente índice de conciliação (**49,78%**), que se encontra acima da meta do Regional (**38,5%**) para este ano de 2021, o que reflete no cumprimento parcial da Meta 3 do CNJ, que vem apresentando o percentual de **129,28%**, alcançada no exercício de 2020 (**124,80%**), pelo que parabeniza a equipe e recomenda a manutenção do desempenho até o final deste exercício.

De igual modo, reconhece o esforço da Unidade na redução no tempo médio de duração do processo, na fase de execução (TMDP1e), relativo a todas as classes processuais no exercício de 2020, de **1.774** para **1.182** dias no atual exercício, bem como no quantitativo de processos nessa fase - de **1.822** processos no ano anterior para **1.714** no ano em curso, especificamente de janeiro a julho, demonstrando, assim, o comprometimento na qualidade da atividade judicial desempenhada por toda a equipe. Recomenda que haja



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

contínuo acompanhamento dos processos pendentes de baixa na fase de execução.

Registra o Corregedor que a Meta 5/2021 vem alcançando o percentual **70,98%** e apresentando uma redução significativa das taxas de congestionamento nas fases de conhecimento – de **93,22%** em janeiro para **50,28%** em julho – e de execução – de **95,20%** em janeiro para **62,91%** em julho – o que demonstra o comprometimento da unidade correicionada em relação aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, motivo pelo qual recomenda à equipe que envide esforços para o atingimento da referida meta até o final deste exercício, cujo índice almejado pelo Regional é de **26,40%** na fase de conhecimento e de **65,12%**, na fase de execução.

Por outro lado, registra a necessidade de esforços para o aperfeiçoamento dos prazos médios na fase de conhecimento que se encontram elevados, o que certamente refletiu no não cumprimento da Meta 1/2020 (**85,26%**), razão pela qual exorta os integrantes da Unidade a envidarem esforços para o cumprimento da Meta 1/2021 do CNJ até o final deste exercício, que vem apresentando um índice de **88,48%**.

A quantidade de audiências marcadas no período correicionado demonstra a necessidade de intensificação das pautas e também dos julgamentos, observando-se, por meio do Hórus, que o total de processos no mês de agosto para o atingimento da Meta 1/2021 é de 65 processos.

Afigura-se necessário um planejamento eficiente levando em consideração a projeção de casos novos até 10/12/2021, a quantidade de pautas realizadas semanalmente e a quantidade de processos em cada pauta.

Tratando-se da fase de execução, a quantidade de processos baixados no ano de 2020 foi proporcionalmente maior, recomendando-se que a unidade judiciária intensifique a utilização das ferramentas eletrônicas e a inclusão em pautas de conciliação.

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor enaltece a qualidade da atividade judicial desempenhada pelos integrantes da 4ª Vara do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Trabalho de João Pessoa, ao tempo em que reconhece a dedicação da equipe em fornecer atendimento de qualidade aos jurisdicionados.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE
Desembargador Vice-Presidente e Corregedor





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS

0000034-48.2018.5.13.0004	000497-19.2020.5.13.0004	0000669-92.2019.5.13.0004
0000044-24.2020.5.13.0004	0001353-85.2017.5.13.0004	0000620-51.2019.5.13.0004
0000231-32.2020.5.13.0004	0000964-66.2018.5.13.0004	0000131-82.2017.5.13.0004
0000901-07.2019.5.13.0004	0130024-97.2015.5.13.0004	0008300-39.2009.5.13.0004
0131876-59.2015.5.13.0004	0000297-51.2016.5.13.0004	0000640-42.2019.5.13.0004
0000734-87.2019.5.13.0004	0000039-36.2019.5.13.0004	0130784-46.2015.5.13.0004
0000152-53.2020.5.13.0004	000058-71.2021.5.13.0004	0000859-55.2019.5.13.0004
0000401-38.2019.5.13.0004	0000399-34.2020.5.13.0004	0000470-36.2020.5.13.0004
0000290-20.2020.5.13.0004	0000829-20.2019.5.13.0004	0131919-93.2015.5.13.0004
0000294-23.2021.5.13.0004	0000819-10.2018.5.13.0004	0000183-15.2016.5.13.0004
0000252-47.2016.5.13.0004	0000634-06.2017.5.13.0004	

DESPACHOS CORREICIONAIS

0000229-62.2020.5.13.0004	0001248-11.2017.5.13.0004	0132035-02.2015.5.13.0004
0000551-53.2018.5.13.0004	0000140-44.2017.5.13.0004	0000567-41.2017.5.13.0004
0001418-17.2016.5.13.0004	0130056-05.2015.5.13.0004	0000861-25.2019.5.13.0004
0132066-22.2015.5.13.0004	0130838-12.2015.5.13.0004	0000166-08.2018.5.13.0004
0000465-82.2018.5.13.0004	0000254-12.2019.5.13.0004	0036100-66.2014.5.13.0004
0000596-23.2019.5.13.0004	0000158-65.2017.5.13.0004	0000504-50.2016.5.13.0004



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL
